



MISERICÓRDIA
DE RIBA D'AVE 90
ANOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

IRMANDADE DA SANTA CASA DA
MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE

RIBA DE AVE, 28 DE MARÇO DE 2019





FE. FS'
D. Alves
M

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. ATIVIDADES DA MESA ADMINISTRATIVA.....	4
3. ANÁLISE GLOBAL E SETORIAL.....	7
3.1 UNIDADE ORGANIZACIONAL DOS RECURSOS HUMANOS	
3.2 ÁREA DE INTERVENÇÃO SOCIAL	
3.3 CENTRO INFANTIL DE PEVIDÉM	
3.4 SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO E DIETÉTICA	
3.5 GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM	
3.6 SERVIÇO DE INFORMÁTICA	
3.7 HOSPITAL NARCISO FERREIRA/DIREÇÃO TÉCNICA	
4. ATIVIDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA D'AVE.....	21
4.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA	
4.2 UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS E SERVIÇO DE INTERNAMENTO MÉDICO	
4.3 CENTRO INFANTIL DE PEVIDÉM	
5. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	24
5.1 RESULTADOS	
5.2 VALÊNCIAS E PROGRAMAS	
5.3 BALANÇO	
5.4 INVESTIMENTOS	
5.5 FUNDO DE MANEIO	
5.6 RECURSOS HUMANOS	
5.7 RÁCIOS	
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
7. PROPOSTAS.....	37
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	39
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	63
PARECER DO DEFINITÓRIO.....	69

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D´Ave

76. 78.
J. Sousa
M



FL. FS.
[Handwritten signatures]

1. INTRODUÇÃO

Nos termos do Compromisso da Irmandade, nomeadamente do determinado na alínea e) do artigo 27.º do aludido documento, vem a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Riba D'Ave (SCM Riba D'Ave) apresentar à Assembleia Geral o seu Relatório de Atividades do ano de 2018.

A Mesa Administrativa submete também à Assembleia Geral a apreciação e a aprovação das contas relativas ao mesmo período, colocando à disposição dos Irmãos todos os elementos que considerem necessários à formulação de um criterioso juízo sobre as mesmas.

FC.
FS.
L. Santos

2. ATIVIDADES DA MESA ADMINISTRATIVA

No ano de 2018, a Mesa Administrativa continuou a acompanhar assiduamente todas as atividades da SCM Riba D´Ave e, em conjunto com a Administração-Delegada, conseguiu manter o bom desempenho que se tem vindo a verificar nos últimos anos, cumprindo, quase na íntegra, o Plano de Atividades apresentado em novembro de 2017.

A Mesa Administrativa, em 2018, realça o grande trabalho efetuado com o encerramento das comemorações dos 90 anos da Instituição e que foi culminado com a Acreditação do Hospital Narciso Ferreira (HNF) e a atribuição da Certificação da Qualidade de *Nível Bom*.

Durante o ano, a Mesa Administrativa teve oportunidade de mensalmente verificar que a sustentabilidade económica e financeira da SCM Riba D´Ave apresentou resultados que garantiram segurança na prossecução dos investimentos propostos no Plano de Atividades.

Acompanhou, com regularidade, a evolução da obra do Centro de Investigação, Diagnóstico, Formação e Acompanhamento das Demências (CIDIFAD), assim como se envolveu em todas as decisões que requeriam muita ponderação nos objetivos relacionados com o projeto.

De realçar, ainda, a participação em todas as reuniões da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), do Secretariado Regional do Distrito de Braga e de outros encontros de interesse para a SCM Riba D´Ave. Dessas reuniões e encontros merecem destaque:

- i) Presença na Assembleia Geral da UMP para aprovação do Relatório e Contas 2017;
- ii) Presença na Assembleia Geral da UMP para aprovação do Plano de Atividades Orçamento 2019;
- iii) Reuniões assíduas com a GALBILEC nas decisões relativas à construção do CIDIFAD;
- iv) Presença na reunião dos Secretariados Regionais do Norte e do Centro da UMP;
- v) Presença na reunião com o Senhor Arcebispo Primaz de Braga, Dom Jorge Ortiga, com as Misericórdias do distrito de Braga;



R. F.
João P. M.

- vi) Reunião com os Órgãos Sociais da SCM Ribadouro para, em prol da melhoria de desempenho da Mesa Administrativa e da Administração-Delegada, fornecer informações e debater a atual situação da Misericórdia;
- vii) Reuniões com os responsáveis da Segurança Social de Braga para efeitos de apoios às obras já realizadas no Centro Infantil de Pevidém (CIP) assim como o alargamento das prestações sociais ao ATL;
- viii) Presença na tomada de posse do novo Reitor da Universidade do Porto;
- ix) Presença na Peregrinação Nacional das Misericórdias, em Fátima;
- x) Presença na procissão em honra de S. Pedro, em Ribadouro;
- xi) Presença nas comemorações do aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ribadouro.

Outros acontecimentos tiveram lugar em 2018, na sua maioria com a participação da Mesa Administrativa e da Administração-Delegada. Pela sua importância para a vida da SCM Ribadouro, são dignos de destaque:

- i) Participação na procissão do ECCE HOMO, realizada em Braga, no âmbito da celebração das cerimónias da Semana Santa;
- ii) Início da construção da obra do CIDIFAD;
- iii) Participação no desfile de Carnaval do Centro Infantil de Pevidém;
- iv) Participação nas comemorações do Dia Mundial da Criança, no Centro Infantil de Pevidém;
- v) Participação na festa de final do ano letivo do CIP;
- vi) Participação na abertura do ano letivo do CIP, acompanhando os pais e encarregados de educação;
- vii) Presença no magusto realizado no CIP e no jantar de São Martinho realizado no HNF;
- viii) Presença na Festa de Natal das crianças, no CIP;
- ix) Presença na celebração do Dia Internacional do Enfermeiro;
- xi) Apoio ao Concurso de Presépios e ao Concurso de Canções de Natal que, no âmbito das comemorações da Quadra Natalícia, foram realizados entre os diferentes serviços da SCM Ribadouro;

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Riba D´Ave

Fl.
Lacerda
F
M

- xii) Participação no jantar de Natal dos funcionários e colaboradores da SCM Riba D´Ave que ainda contou com a presença de membros dos demais Órgãos Sociais da Instituição;
- xiii) Visita do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Guimarães ao CIP para a concretização do apoio à remodelação das instalações;
- xiv) Participação nos eventos das comemorações dos 90 anos da SCM Riba D´Ave.



R. F.
J. J.
J. J.
11

3. ANÁLISE GLOBAL E SETORIAL

A SCM Ribadave, em 2018, apresentou um aumento significativo da sua atividade, nomeadamente com o maior número de cirurgias realizadas no âmbito do SIGIC, levando ao que se traduziu nos mais elevados rendimentos obtidos, nos mais elevados meios libertos e no mais elevado ativo e valor patrimonial.

Da análise também se conclui que os resultados estão acima do orçamentado. Mesmo com a não concretização do aumento de camas da Unidade de Cuidados Continuados (UCC), os resultados ultrapassaram o previsto devido à produção do programa SIGIC.

De realçar a continuidade do integral cumprimento do Contrato-Programa com a ARS Norte, nomeadamente no que diz respeito à produção contratada, às exigências em corresponder aos indicadores de qualidade obrigatórios e à própria imposição de tendencialmente evoluirmos para recursos humanos no quadro da SCM Ribadave, principalmente na atividade hospitalar.

Não podemos deixar de relevar que os rendimentos do Centro Infantil de Pevidém, não apenas devido às alterações efetuadas em setembro de 2017, nomeadamente com a introdução da contribuição mínima, mas porque o nível de vida e os próprios rendimentos familiares melhoraram naquela região, tornam cada vez mais sustentável a atividade do infantário.

Em 2018, a SCM Ribadave, através da sua área de Intervenção Social e em parceria com a Segurança Social e Instituições das autarquias, continuou a ponderar e a avaliar as necessidades da região do Vale do Ave que se mantem com um grave défice económico, conduzindo a que, sem hesitações, prossiga a sua ação no apoio social aos mais vulneráveis da nossa sociedade.

Temos de realçar que o Hospital Narciso Ferreira, quer a nível interno, através da eficiência de resultados económico-financeiros, empregabilidade, satisfação profissional, comunicação e imagem, quer a nível externo, através de mais e melhor procura, segurança e satisfação dos utentes, continua a ter um papel preponderante e fulcral nos resultados atingidos da SCM Ribadave, podendo, só por si, ser garantia de novos investimentos e de maior apoio perante as necessidades da população.

FE.
L. Sáez

Em 2018, continuamos a aposta nas plataformas *on-line* da SCM Riba D´Ave e que, pela sua funcionalidade, têm sido uma ajuda significativa na procura das atividades da Instituição, contribuindo, assim, para o aumento das prestações do HNF e do CIP.

É de realçar que no Serviço de Informática continuamos com o investimento na renovação tecnológica da SCM Riba D´Ave.

Mantivemos, em 2018, o nosso compromisso com a qualidade, fechamos o Processo de Acreditação com êxito, o que deu ao Hospital Narciso Ferreira uma maior visibilidade e melhor imagem externa.

O ano 2018 foi ainda marcado pela implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) na SCM Riba D´Ave.

3.1 UNIDADE ORGANIZACIONAL DOS RECURSOS HUMANOS

Em 2018, a Unidade Organizacional dos Recursos Humanos (UORH) continuou a intervir na organização do trabalho e na implementação de práticas potencializadoras de motivação, de satisfação e do desempenho dos colaboradores, quer individualmente, quer por serviços. Assim, é de realçar:

- Aplicação e monitorização do sistema da avaliação de desempenho;
- Monitorização da satisfação dos colaboradores e reavaliação dos riscos psicossociais e definição do plano de ação;
- Monitorização das práticas administrativas dos Recursos Humanos, como horários e cumprimentos dos procedimentos legais;
- Em articulação com coordenadores dos Serviços e com o Departamento de Formação, Qualidade e Contencioso (DFQC) foi desenvolvido o recrutamento, seleção, formação e integração de novos colaboradores;
- Em 2018, foram realizadas 1.174 horas de formação certificadas, continuando com a avaliação de necessidades, bem como o modelo de desenvolvimento de ações de formação;



Fl. 8
J. Aires

- Foram definidas e programadas ações que contribuíram para uma maior eficácia da gestão, aproveitando os recursos com maior envolvimento e participação dos colaboradores, dos coordenadores e com o acompanhamento sistemático das situações de forma a otimizar os Serviços;
- Foi desenvolvido um sistema de comunicação que permite o acesso rápido à informação por parte de todos os colaboradores;
- Análise e acompanhamento de situações específicas do trabalhador;
- Acompanhamento à implementação do Regulamento Interno dos Recursos Humanos, sendo efetuadas reuniões com os Serviços e com os respetivos coordenadores;
- Organização do magusto, com jantar convívio nas instalações da SCM Riba D'Ave, e do jantar de Natal.

3.2 ÁREA DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Na área de Intervenção Social, o ano de 2018 continuou com a mesma atividade dos anos anteriores, nomeadamente:

- O Programa de Emergência Alimentar - Cantinas Sociais, em Riba D'Ave e Pevidém, com a colaboração da restauração local no fornecimento das refeições;
- O desenvolvimento de medidas de apoio que, de forma a garantir uma progressiva autonomização e qualidade de vida aos mais carenciados, possibilitem a redefinição dos seus projetos de vida;
- O projeto Banco de Medicamentos foi muito residual;
- Em Pevidém, a SCM Riba D'Ave continuou a ter o papel de mediador do Fundo Europeu de Apoio a Carenciados (FEAC), apoiando, em 2018, 38 agregados familiares, num total de 88 beneficiários, com uma média de idade de 52 anos, em que o compromisso se prende com a receção e distribuição dos bens alimentares, bem como o desenvolvimento de ações de acompanhamento a realizar no ano seguinte sobre temas como:
 - i) Seleção do género alimentar;
 - ii) Prevenção do desperdício alimentar;
 - iii) Otimização da gestão do orçamento familiar.

Fl. 01/01
Saraiva M

- Participou em duas campanhas de recolha de alimentos. Neste programa foram obtidos 938 Kg de alimentos, permitindo a distribuição de 707 produtos a famílias e a indivíduos carenciados;
- Na área de intervenção psicossocial, além dos doentes da UCC e do Serviço de Internamento Médico (SIM), foram acompanhados os utentes do Serviço de Internamento Cirúrgico (SIC) com internamento superior a 24 horas.
- Em Pevidém, a SCM Riba D´Ave manteve a sua participação como gestora do Projeto 65+. Promovido pela Câmara Municipal de Guimarães, o programa visa a implementação de procedimentos de apoio junto de idosos em situação de maior isolamento, sendo que, neste momento, estão a ser acompanhados seis idosos;
- A SCM Riba D´Ave continua a participar em várias reuniões no âmbito da Rede Social do Concelho de Vila Nova de Famalicão, com intervenção nas áreas:
 - i) Crianças e jovens em risco;
 - ii) Mercado de trabalho e desemprego;
 - iii) Dependências;
 - iv) Envelhecimento;
 - v) Vítimas de violência doméstica.
- Faz parte do Gabinete de Avaliação e Intervenção de Comportamentos Aditivos e Dependências, comprometendo-se a sinalizar e a encaminhar utentes que possam beneficiar de intervenção, nomeadamente no processo de desabituação, na reinserção a nível social, familiar e profissional, assim como divulgar e colaborar em ações de sensibilização e formação de forma a favorecer a intervenção de proximidade com a comunidade.

3.3 CENTRO INFANTIL DE PEVIDÉM

No CIP, com o objetivo de ser uma referência concelhia nas prestações sociais dirigidas à infância, continuamos a apostar nas melhores condições de trabalho, de acesso e no processo educativo, e das quais são de salientar:

- a) As atividades pedagógicas em salas ajustadas às faixas etárias e necessidades das crianças, tendo sempre em consideração as normas emanadas do Ministérios da Educação e do



Fe. J. c.
Pereira M

- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social para o funcionamento da Creche, ensino Pré-Escolar e ATL;
- b) As atividades curriculares no âmbito da educação física e educação musical e atividades extra-curriculares no domínio da patinagem, inglês e futebol;
- c) O desenvolvimento de atividades de apoio às crianças com necessidades educativas especiais (NEE), com o apoio da Terapia da Fala, Psicologia e Intervenção Precoce da SCM Riba D'Ave. No ano letivo de 2017/2018, foram doze as crianças com NEE a frequentaram o CIP, sendo que uma foi apoiada na Instituição pela equipa de intervenção precoce e onze pela equipa de Terapia da Fala da SCM Riba D'Ave;
- d) As várias atividades realizadas com os pais e encarregados de educação que, através de reuniões alargadas, reuniões por sala e a participação em atividades com as próprias crianças, promoveram a sua integração no processo educativo;
- e) As comemorações de 46 efemérides ao longo do ano letivo 2017/2018;
- f) As ações de comunicação do CIP que, envolvendo ainda as instituições locais, continuaram a basear-se na distribuição porta a porta de material específico para a divulgação do Centro além das publicações regulares na página do Facebook;
- g) A conclusão das obras de remodelação e adaptação de espaços, nomeadamente a criação de vestiários para o pessoal, criação da casa de banho de apoio para os adultos e de uma sala para os materiais de limpeza. Foram ainda equipadas as salas de pré-escolar e ATL, o gabinete da direção e a sala de reuniões das educadoras num total de 30 mil euros de apoio da Câmara Municipal de Guimarães;
- h) No final do ano 2018, frequentavam 84 crianças a Creche, 95 o Pré-Escolar e 24 o ATL;
- i) O desenvolvimento dos recursos humanos afetos ao CIP, com ações de formação adequadas às necessidades dos diferentes grupos profissionais e de entre os quais se destacam:
- *Formas de intervenção precoce em NEE* (1 educadora, com 25 horas de formação);
 - *2.º Encontro Regional de Braga* (4 educadoras, com 6 horas de formação);
 - *Gestão de Comportamentos e Emoções em Sala de Aula* (2 educadoras, com 4 horas de formação);
 - *Pedagogia e Educação na Infância* (3 educadoras, com 6 horas e meia de formação);
 - *Formação Plano de Emergência* (33 pessoas, com 1 hora de formação);



- *Educar pela Positiva* (1 educadora, com 4 horas de formação).

j) Avaliação de desempenho dos colaboradores.

3.4 SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO E DIETÉTICA

Em 2018, o Serviço de Alimentação e Dietética continuou a ter a seu cargo as ementas do HNF e do CIP, assim como a responsabilidade pela consulta externa de Nutrição, pela formação e educação alimentar e, em estreita cooperação com o Gabinete de Intervenção Psicossocial, pelo Projeto das Cantinas Sociais. Assim, é de salientar:

- a) A elaboração de uma ementa anual para o serviço de alimentação da SCM Riba D´Ave, compreendendo oito semanas de refeições, almoços e jantares, com pratos de carne, peixe e dietas diferenciadas, como dieta geral, dieta mole e dieta ligeira. Como medida essencial para uma melhor gestão dos consumos necessários, evitaram-se os desperdícios que anteriormente se verificavam;
- b) O sistema *Hazard Analysis and Critical Control Point* (HACCP), implementado no HNF e no CIP, mantendo-se o contrato com a empresa OrtigaQual para a realização de análises microbiológicas.

3.5 GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Em 2018, o Gabinete de Comunicação Imagem da SCM Riba D´Ave registou um crescimento de atividade, onde são de destacar:

- a) O Portal da SCM Riba D´Ave (www.scmribadeave.pt) continua com uma média de 87 visitas diárias, agora com particular destaque para a posição que os residentes do distrito de Lisboa assumem no acesso ao nosso portal, mantendo-se, porém, os internautas de Braga e do Porto como os maiores utilizadores.
- b) Tem vindo também a aumentar o número de pré-marcações de consultas e de exames através da plataforma, com um crescimento de 26% em relação ao ano anterior;
- c) Continua a ser de realçar a forte atividade que se tem concentrado no Facebook, com aumentos significativos de seguidores;
- d) A elaboração dos n.º 9 e 10 do boletim informativo "Misericórdia Informa", com particular destaque para as entrevistas do Dr. Henrique Cernache, do Dr. António Artur, do Sr. Joaquim



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the initials 'BM'.

Ferreira e do Dr. Domingos Oliveira e os artigos referentes ao encerramento das comemorações do 90º aniversário da SCM Ribadouro, à atribuição ao Hospital Narciso Ferreira do Certificado de Acreditação de Qualidade pelo Ministério da Saúde/Direção-Geral da Saúde, aos novos equipamentos de Oftalmologia, ao Torneio Inter-Hospitalar de Futsal, aos *Outcomes* do Hospital Narciso Ferreira, à doença de Alzheimer à Unidade de Ambulatório de Gastrenterologia (UAG), ao papel do Cuidador Informal, aos concursos de Presépios e de Canções de Natal e das atividades promovidas pelo CIP, pela UCC e pela Casa do pessoal da SCM Ribadouro;

d) Das atividades realizadas, destaca-se, ainda, o trabalho desenvolvido na conceção gráfica de *flyers* e cartazes para as diferentes ações promovidas pela Instituição ao longo do ano 2018, o registo fotográfico, assim como o arquivo das diferentes referências da comunicação social à SCM Ribadouro.

3.6 SERVIÇO DE INFORMÁTICA

Em 2018, o Serviço de Informática concluiu os seguintes projetos:

- a) Processo de renovação tecnológica da SCM Ribadouro, com a virtualização dos servidores, o que permitiu reforçar a capacidade de reação a falhas do sistema, bem como de segurança em caso de ataques cibernéticos;
- b) Execução da plataforma para registo, organização administrativa e pedido de intervenção aos ativos da SCM Ribadouro;
- c) Adaptação do Gestão de Avisos de Pendentes e Referências Multibanco para o envio de SMS aos utentes com dívidas à SCM Ribadouro;
- d) Adaptação do Certificado AlphaSSL no portal da SCM Ribadouro, produto que fornece aos internautas a garantia de qualidade e de segurança quando a ele acedem;
- e) Protocolo com a Portugal Telecom para o aumento de conectividade da Linha RIS de 1 Mbps para 20 Mbps;
- f) Elaboração de aplicativos informáticos para diversos Serviços da SCM Ribadouro, nomeadamente para a Faturação, Contabilidade, DFQC, Medicina Física e Reabilitação, Central de Compras e Aquisições;
- g) Participação nas auditorias de “Proteção de Dados Pessoais”;

- h) Formação a diferentes Serviços e classes profissionais no âmbito de diversas questões informáticas/administrativas tendo em vista a melhoria do desempenho da SCM Riba D´Ave;
- i) Protocolo com a NOS para a renovação do contrato de telecomunicações fixas e móveis, internet, tv cabo e *cloud* para alojamento dos servidores e computadores;
- j) Negociação com a NOS para adjudicação de uma *cloud* para alojamento do servidor do novo domínio de e-mails @scmra.pt, do Certificado *Wildcard*, do Anti-malware e do *MailEnable*;
- k) Análise do projeto de infraestruturas de telecomunicações do CIDIFAD;
- l) Negociação com a DECUNIFY para a reestruturação da Central Telefónica do HNF;
- m) Início da substituição da cablagem na Consulta Externa II, Serviço de Atendimento Permanente e Imagiologia.

3.7 HOSPITAL NARCISO FERREIRA/DIREÇÃO TÉCNICA

Em 2018, o Hospital Narciso Ferreira e a sua Direção Técnica tiveram como responsabilidade fundamental a gestão de toda a atividade clínica, promovendo em simultâneo uma melhoria contínua dos cuidados de saúde prestados à comunidade culminando com o reconhecimento em qualidade do Hospital e respetiva Acreditação obtida em Junho de 2108 pela Direção-Geral da Saúde, tendo sido um dos compromissos com maior relevância do Plano de Atividades 2018.

Assim, as áreas chave do Plano para 2018 que nos propusemos continuarmos focalizadas nos utentes/utilizadores e profissionais da nossa Instituição, nomeadamente:

1. Totalmente cumprida: Solidificar a qualidade dos cuidados de saúde e dado continuidade à Acreditação do Hospital Narciso Ferreira;
2. Totalmente cumprida: Maturar, avaliar e estabelecer planos setoriais de melhoria aos projetos lançados em 2017 ainda em execução ou não totalmente consolidados;
3. Totalmente cumprido: Executar planos de melhoria contínua da qualidade e eficiência, nomeadamente a eficiência na gestão dos recursos humanos, físicos e materiais;
4. Parcialmente cumprido: Ampliar a capacidade de resposta em cuidados de saúde de forma sustentada atendendo às necessidades identificadas, aumentando assim a eficiência no cumprimento da nossa Missão;



FB - [Handwritten initials]
[Handwritten signature]

5. Parcialmente cumprido: Zelar no combate ao desperdício, nas atividades clínicas da nossa Instituição;
6. Foi decorado um pequeno espaço no SIC dedicado às crianças, com mesas, livros, jogos e brinquedos.

3.7.1 Das Atividades Desenvolvidas Obrigatórias e Previstas na Lei

1. O tratamento de reclamações foi totalmente cumprido;
2. O acompanhamento do Projeto SINAS foi totalmente cumprido;
3. A política documental foi totalmente cumprida;
4. Os pedidos de relatórios médicos e informações clínicas pelos utentes e entidades externas foram totalmente cumpridos;
5. O acompanhamento, gestão e monitorização do Programa Consulta a Tempo e Horas foram totalmente cumpridos;
6. O acompanhamento, gestão e monitorização da produção cirúrgica, consultas e meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT) do HNF foram totalmente cumpridos;
7. O acompanhamento, gestão e monitorização do Acordo de Cooperação com a ARS Norte foram totalmente cumpridos;
8. A supervisão clínica das atividades hospitalar foi totalmente cumprida;
9. A promoção da melhoria contínua a todos os níveis da prestação e desempenho dos serviços e departamentos clínicos, bem como de todos os colaboradores médicos, enfermeiros e técnicos de diagnóstico e terapêutica (TDT) foi totalmente cumprida;
10. O mapeamento e a operacionalização de agendamentos e agendas de consulta externa das diversas especialidades foram totalmente cumpridos;
11. O mapeamento e a operacionalização de agendamentos de Blocos Operatórios foram totalmente cumpridos.

3.7.2 Das Atividades Específicas desenvolvidas em 2018

1. Programa de Acreditação do Hospital Narciso Ferreira - Promoção, acompanhamento e integração no Grupo Coordenador para a Qualidade, apoiando a Gestora do Programa no exercício das suas funções, foi totalmente cumprido.

2. Formação profissional específica para melhoria contínua dos programas em curso:
 - a) Informatização do processo clínico a todos os profissionais da área clínica (médicos, enfermeiros e TDT) para os sistemas de informação na saúde foi parcialmente cumprido;
 - b) Programa de reanimação intrahospitalar aos médicos, enfermeiros e TDT, que não pertencem ao Serviço de Atendimento Permanente (SAP), com suporte básico de vida (SBV) com desfibrilhação automática externa, e aos restantes colaboradores do HNF, com SBV, foram parcialmente cumpridos;
 - c) Formação em política documental institucional, alinhada com o Processo de Acreditação, foi totalmente cumprida a todos os coordenadores e responsáveis de cada área;
 - d) A formação em Humanização, Privacidade dos Cuidados e Segurança Clínica a todos os colaboradores foi parcialmente cumprida.
3. Informatização do processo clínico (UCC, SIC, bloco operatório, consultas externas e MCDT) com vista à total desmaterialização do processo clínico em pape, onde se incluem novas parametrizações do SClínico face às novas funcionalidades do sistema e acompanhamento/formação por equipa externa, foi parcialmente cumprida.
4. Em articulação com o DFQC, promover e colaborar na melhoria e atualização contínua da documentação clínica de suporte à atividade dos profissionais, foi totalmente cumprida;
5. Acompanhar os processos de Auditoria Externas em 2018 e promover as melhorias que delas vieram a ser identificadas foram totalmente cumpridos.
6. O reforço e a cultura de segurança clínica, com base nas metas definidas pela Organização Mundial de Saúde, foram totalmente cumpridos.
7. Promover auditorias clínicas internas para diagnóstico e implementação de medidas corretivas às boas práticas dos profissionais das áreas clínicas, foi totalmente cumprido.
8. Operacionalizar o modelo funcional para o DFQC/Centro de Formação Contínua (CFC)/Gabinete da Qualidade/Gabinete do Utente e Contencioso para o desenvolvimento efetivo de uma cultura de melhoria contínua e satisfação dos utilizadores (utentes e colaboradores), foi totalmente cumprido.



FB. F.
L. J. M.

3.7.3 Da área do Serviço de Farmácia

1. Elaboração do relatório “Análise do Consumo de Carbapenemos e Quinolonas em 2017”.
2. Atualização do “Formulário Hospitalar Interno de Medicamentos do HNF”.
3. Atualização dos documentos internos do Serviço de Farmácia, nomeadamente instruções de trabalho e folhas de registo.
4. Em articulação com o SAP, elaboração de um novo procedimento sobre o levantamento de fármacos/produtos farmacêuticos fora do horário de funcionamento do Serviço de Farmácia.
5. Elaboração de procedimento de registo de dupla verificação na dispensa da dose unitária de forma a cumprir um *standard* do Processo de Acreditação.
6. Aquisição de um extintor para o armazém exterior e aplicação da respetiva sinalética.
7. Aquisição de um armário com fechadura para armazenamento de medicamentos estupefacientes e psicotrópicos.

3.7.4 Da área da Unidade de Ambulatório de Gastreenterologia

A Unidade desenvolveu atividade de forma regular durante o seu terceiro ano de existência, podendo concluir-se que presta já cuidados de gastreenterologia seguros, de qualidade e de acordo com as “boas práticas” dentro da tipologia de Endoscopia Digestiva de Ambulatório. Dentro das atividades desenvolvidas destacam-se:

1. Realização de 4.935 procedimentos endoscópicos, com 2.248 colonoscopias, 2.640 endoscopias altas e 47 retosigmoidoscopias;
2. Realização de formação formal e informal a vários colaboradores no CFC;
3. Implementação dos mecanismos de garantia de qualidade, como o controlo microbiológico do reprocessamento dos endoscópios e inquéritos de satisfação aos utentes;
4. Realização de exames ao sábado;
5. Continuação do envio de SMS pré-exame, lembrando os tempos de dieta, preparação e data/hora do exame;
6. Acordo com laboratório com convenção para exames dos utentes de alguns subsistemas;
7. Elaboração do “Mapa Local de Risco”.



3.7.5 Da área do Departamento Formação, Qualidade e Contencioso

O DFQC visou assegurar a promoção, monitorização, facilitação e integração de todas as atividades previstas no plano de ação destinado ao cumprimento das prioridades estratégicas emanadas pela SCM Riba D´Ave. Em 2018, além das atividades de intervenção, nomeadamente as atividades inerentes ao Processo de Acreditação do Hospital Narciso Ferreira (áreas da Qualidade, como processos, estruturas e resultados), a atividade na área do Gabinete do Utente e Contencioso e, finalmente, na área da formação institucional, foram realizadas atividades no âmbito de recomendações emitidas por entidades externa, solicitações de colaboração interna, auditorias e monitorizações de indicadores contratualizados, sendo um suporte à definição de novas prioridades e objetivos, assim como à emissão de recomendações de melhoria.

O Plano de Formação Institucional de 2018 foi estruturado por áreas temáticas, nomeadamente:

- Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- Plano de Emergência Interno e Suporte Básico de Vida;
- Plataformas SICA e Aplicativo SIM-H;
- Plataforma Victus 3.3;
- Reabilitação do Utente com AVC, com Gonartrose e com Catarata;
- Higiene Hospitalar e Métodos de Desinfecção;
- Controlo de Pragas;
- Plano de Formação Anual do HACCP.

No âmbito da Qualidade, o trabalho em 2018 teve grande relevo nas atividades desenvolvidas com o Processo de Acreditação, nomeadamente no que concerne ao acompanhamento da implementação de medidas de melhoria e de auditoria interna, e no que diz respeito às auditorias que deram continuidade ao trabalho de acompanhamento e de execução junto dos diferentes Serviços na monitorização de processos implementados e auditorias a processos vitais. Destes, destacam-se:

- Segurança do utente;



TC. B.
[Handwritten signatures]

- Auditorias às Precauções Básicas do Controlo da Infeção;
- Apreciação e elaboração do relatório de Avaliação da Satisfação dos utentes;
- Avaliação e elaboração do relatório de Gestão de Reclamações aferidas pelo Gabinete do Utente;
- Elaboração, na área assistencial, do Plano Anual de Auditoria Interna;
- Apoio na recolha e no tratamento de informação solicitada por entidades externas, entre outras.

O âmbito de atuação do Gabinete do Utente e Contencioso assentou sobretudo na gestão de reclamações dirigidas à SCM Ribadave e cujo relatório é emitido no final do ano.

No âmbito da proteção de dados pessoais e da implementação do Novo Regulamento Geral, no sentido de dar cumprimento às novas obrigações, foram implementadas as seguintes medidas:

1. Ações de formação com o objetivo de dar a conhecer a todos os colaboradores da SCM Ribadave o novo RGPD, as novas obrigações introduzidas, os cuidados a ter no tratamento de dados pessoais, bem como a informação que deve ser prestada ao utente no momento da recolha dos seus dados;
2. Elaboração de documentos necessários ao bom cumprimento do RGPD, nomeadamente:
 - Política de Privacidade da SCM Ribadave que se encontra publicada no portal da Instituição e disponível para consulta sempre que solicitada por qualquer utente;
 - Cartaz Informativo afixado em todas as receções com o objetivo de prestar informação obrigatória pelo RGPD ao utente, complementando, desta forma, a comunicação prestada pelo colaborador na recolha dos dados pessoais e garantindo que na falta desta o utente é sempre informado dos seus direitos, conforme estabelecem as normas em vigor;
 - Declaração de Compromisso de Confidencialidade e Sigilo Profissional assinada por todos os colaboradores da SCM Ribadave, reforçando, desta forma, a obrigação de não divulgarem os dados a que têm acesso no exercício das suas funções, bem como o de não acederem de forma indevida aos dados dos utentes;

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letters "R.C." and "C. Almeida".

- Declaração de Consentimento da SCM Riba D´Ave, também assinada por todos os colaboradores da Instituição, que visa dar cumprimento a duas das obrigações do RGPD, nomeadamente a de prestar informação obrigatória ao colaborador na qualidade de titular de dados pessoais e permitir que este preste o seu consentimento para situações que estão fora do alcance da relação laboral.
3. Elaboração da Norma Sobre o Lixo Confidencial relativa à segurança da informação e dos dados dos utentes de modo a salvaguardar o acesso indevido.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

4. ATIVIDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA D'AVE

4.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA

A atividade do Hospital Narciso Ferreira pode ser observada no quadro seguinte:

	2016	2017	2018
Serviço de Atendimento Permanente	60.813	57.571	56.443
Intervenções Cirúrgicas	5.808	5.934	6.599
Consultas Externas	66.211	68.948	67.741
Exames Complementares de Diagnóstico	80.003	83.384	91.436
Tratamentos de Fisioterapia	295.309	320.208	327.834
TOTAL	508.144	536.045	550.053

Fig. 1 - Atividade do Hospital Narciso Ferreira

Perante os resultados apresentados, são de salientar os 550 mil atos clínicos, número nunca antes atingido pelo Hospital, com particular destaque para as intervenções cirurgias, exames e tratamentos de Fisioterapia

Em comparação com o ano anterior, verificou-se:

- i) **Intervenções Cirúrgicas:** Aumento de 11,2% fruto da forte produção do Programa SIGIC;
- ii) **Exames Complementares de Diagnóstico:** Considerável crescimento de 9,7%, nomeadamente em exames de Neurologia e de Gastroenterologia;
- iii) **Tratamentos de Fisioterapia:** Aumento de 2,4% e que consolida a procura do Serviço de Medicina Física e Reabilitação;
- iv) **Serviço de Atendimento Permanente:** Recuo de 1,95%, fruto da ausência do pico da síndrome gripal durante o outono de 2018;
- v) **Consultas Externas:** Variação negativa de 1,75% face ao excesso de produção realizada em 2017.

*Fl. 8.
L. 11
DN*

4.2 UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS E SERVIÇO DE INTERNAMENTO MÉDICO

Relativamente à Unidade dos Cuidados Continuados e ao Serviço de Internamento Médico, podemos destacar:

Tipo de Valência	Camas	Dias de Internamento		
		2016	2017	2018
Longa Duração	14	5.084	5.062	5.447
Média Duração	25 ^{a)}	4.954	8.572	8.682
Convalescença	14	4.576	4.574	4.536
SIM	17 ^{b)}	6.974	2.153	1.937

Fig. 2 - Internamento UCC e SIM

a) Até outubro/16 o número de camas foi de 11.

b) Até outubro/16 o número de camas foi de 30.

Com o adiamento do alargamento da ala de Convalescença para 2019, as camas disponíveis foram aproveitadas para dar continuidade ao protocolo com o Centro Hospitalar do Alto Ave para o internamento de utentes do Hospital de Guimarães.

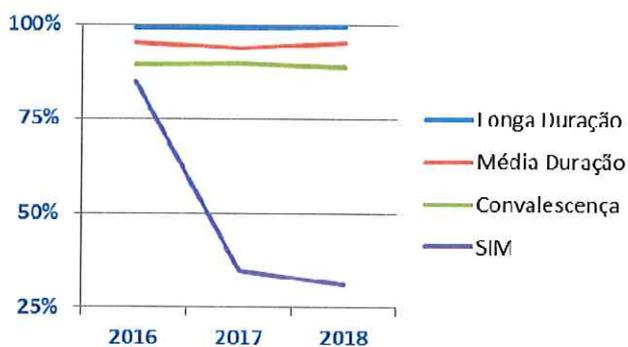


Fig. 3 - Taxa de Ocupação UCC e SIM

Como se pode verificar, todas as tipologias da Unidade dos Cuidados Continuados apresentam uma taxa de ocupação superior a 85% o que, excetuando os gastos com a medicação, garante um financiamento de 100%.



T.C. S.
D. M.

A atividade do SIM, por seu lado, registou uma ligeira quebra na taxa de ocupação, resultante da menor referenciação por parte do Hospital de Guimarães que, beneficiando também da ausência do pico gripal, não teve necessidade recorrer às camas disponibilizadas pela SCM Riba D'Ave.

4.3 CENTRO INFANTIL DE PEVIDÉM

No que diz respeito ao Centro Infantil de Pevidém, verifica-se um notável crescimento de 23 crianças, nomeadamente 12 em Creche, onde foi já atingida a lotação máxima de 84, e de 11 em Pré-Escolar, que totaliza 95 inscrições num limite de 100.

O Centro Infantil termina, assim, o ano com 203 crianças inscritas, o que representa um incremento de 8,5%.

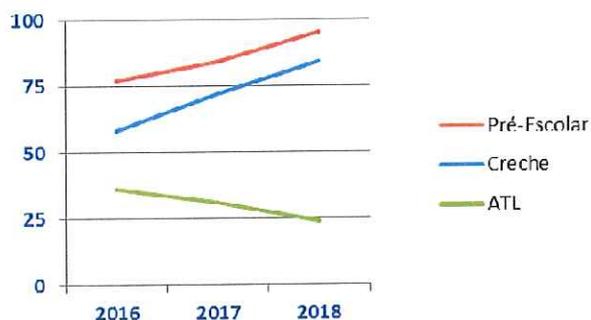


Fig. 4 - Inscrições CIP

5. INFORMAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

5.1 RESULTADOS

Do exercício de 2018 ressaltam as duas grandes rubricas relativas ao período:

	2016	2017	2018
Rendimentos	17.072.750 €	17.534.127 €	18.312.650 €
Gastos	15.632.369 €	16.142.377 €	16.503.311 €
RESULTADO LÍQUIDO	1.440.381 €	1.391.750 €	1.809.339 €
Evolução dos Rendimentos	8,74%	2,70%	4,44%
Evolução dos Gastos	11,28%	3,26%	2,24%

Fig. 5 - Resultado Líquido Anual

Face ao ano anterior, embora se verifique um aumento de gastos superior a 2%, constatamos um crescimento dos rendimentos de 4,4%, o que permitiu à SCM Riba D´Ave superar a fasquia dos 18 milhões de euros de faturação.

Deste modo, com rendimentos que atingiram os 18.3 milhões de euros, o mais elevado alguma vez alcançado pela SCM Riba D´Ave, e com gastos que se limitaram a 16.5 milhões de euros, é possível apurar o resultado líquido de 1.809.339 €.

	2016	2017	2018
Prestação de Serviços	16.823.801 €	17.305.346 €	18.052.403 €
Volume de Negócios	16.823.801 €	17.305.346 €	18.052.403 €
Compras	2.100.606 €	2.014.832 €	2.180.757 €
Forn. Serv. Externos	1.948.564 €	1.844.602 €	1.747.831 €
Encargos com Pessoal	10.646.725 €	11.339.211 €	11.502.806 €
EBITDA	2.127.905 €	2.106.701 €	2.621.009 €
Depreciações	837.522 €	911.306 €	936.055 €
Outros Rendimentos	251.194 €	228.781 €	260.247 €
Outros Gastos	101.196 €	32.426 €	135.862 €
Resultado Líquido	1.440.381 €	1.391.750 €	1.809.339 €

Fig. 6 - EBITDA



FE. S.
D. J. M.

Através do quadro anterior, é possível confirmar que o crescimento dos rendimentos resulta da evolução que se tem vindo a verificar na prestação serviços da SCM Riba D'Ave.

	2016	2017	Orç. 2018	2018	Δ Orç. (%)
Rendimentos	17.072.750 €	17.534.127 €	16.842.255 €	18.312.650 €	8,73%
Gastos	15.632.369 €	16.142.377 €	15.547.076 €	16.503.311 €	6,15%
Meios Libertos	2.277.903 €	2.303.056 €	2.304.415 €	2.745.394 €	19,14%
Depreciações	837.522 €	911.306 €	1.009.236 €	936.055 €	-7,25%
Investimentos	1.325.086 €	373.934 €	2.737.598 €	2.661.234 €	-2,79%
Meios Libertos Líquidos	952.817 €	1.929.122 €	-433.183 €	84.160 €	119,43%

Fig. 7 - Meios Libertos Anuais

Quando confrontado com o orçamento, verificamos variações consideráveis, tanto ao nível dos gastos como dos rendimentos. Esta execução, no entanto, foi particularmente favorável na rubrica dos rendimentos, garantindo meios libertos que atingiram os 2.745 milhões de euros, cerca de 19% acima do perspectivado.

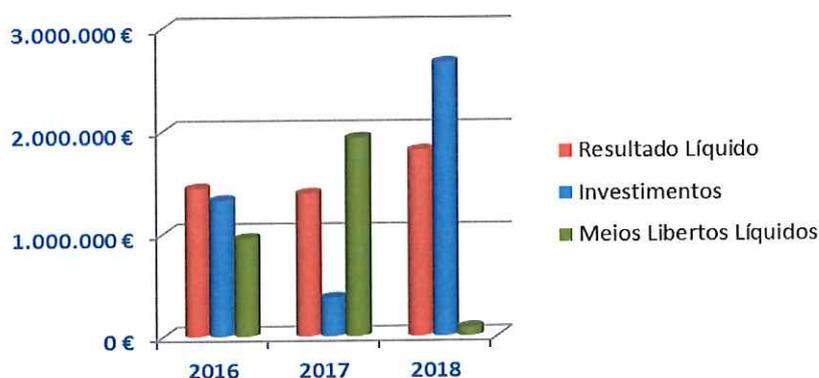


Fig. 8 - Evolução dos Resultados

O exercício de 2018 regista assim um resultado histórico para a SCM Riba D'Ave que, como se pode constatar, encontra-se devidamente canalizado para o CIDIFAD onde, ao longo do ano, foram investidos 2.5 milhões de euros.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

5.1.1 RENDIMENTOS

No que aos **rendimentos** diz respeito, podemos estabelecer as seguintes comparações:

Rendimentos	2017	Orç. 2018	2018	Δ 17/18 (%)	Δ Orç./18 (%)
Cirurgias	9.597.613 €	9.147.961 €	10.538.596 €	9,80%	15,20%
UCCI / CIP / CS	2.535.961 €	2.673.441 €	2.510.627 €	-1,00%	-6,09%
Consultas	1.674.206 €	1.488.388 €	1.463.733 €	-12,57%	-1,66%
MCDT	1.294.105 €	1.261.000 €	1.360.099 €	5,10%	7,86%
SAP	1.347.195 €	1.348.465 €	1.269.620 €	-5,76%	-5,85%
Fisioterapia	845.853 €	820.000 €	942.787 €	11,46%	14,97%
Outros	239.194 €	103.000 €	227.188 €	-5,02%	120,57%
TOTAL	17.534.127 €	16.842.255 €	18.312.650 €	4,44%	8,73%

Fig. 9 - Rendimentos

Do lado dos proveitos, verificamos que o forte crescimento se deveu essencialmente à realização de *Cirurgias*, nomeadamente no âmbito do SIGIC, e do número *Exames* e de tratamentos de *Fisioterapia* concretizados.

A variação orçamental negativa presente na rubrica *Unidade dos Cuidados Continuados* resulta do adiamento para 2019 do alargamento da ala da Convalescença. Ainda com um desvio negativo é de realçar o *Serviço de Atendimento Permanente*, decorrente da ausência do pico da síndrome gripal até ao final do ano.

Relativamente às *Consultas*, é visível um considerável desvio face a 2017, corrigido, porém, em orçamento e que resultou de um excesso de produção realizada nesse período.

A variação orçamental presente na rubrica *Outros* resulta da faturação de serviços prestados ao subsistema de saúde ADSE durante o ano de 2017.

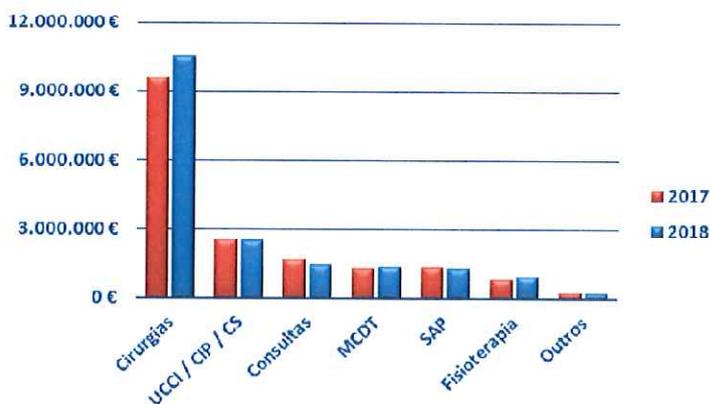


Fig. 10 - Rendimentos



F. F.
J. J.

5.1.2 GASTOS

Relativamente aos **gastos**, podemos efetuar as seguintes comparações:

Gastos	2017	Orç. 2018	2018	Δ 17/18 (%)	Δ Orç./18 (%)
Pessoal	5.996.623 €	6.042.200 €	6.035.137 €	0,64%	-0,12%
Prestadores de Serviços	5.342.588 €	4.775.000 €	5.467.669 €	2,34%	14,51%
Compras	2.014.832 €	2.181.770 €	2.180.756 €	8,24%	-0,05%
Gastos Correntes	1.306.551 €	1.070.770 €	1.199.212 €	-8,22%	12,00%
Outros	943.732 €	1.010.936 €	1.071.917 €	13,58%	6,03%
Conservação	378.165 €	309.000 €	416.335 €	10,09%	34,74%
Subcontratos	159.886 €	157.400 €	132.284 €	-17,26%	-15,96%
TOTAL	16.142.377 €	15.547.076 €	16.503.311 €	2,24%	6,15%

Fig. 11 - Gastos

À semelhança dos rendimentos, o crescimento dos gastos tem origem na forte produção verificada em 2018, resultando num considerável aumento dos custos com *Prestadores de Serviços*, *Compras* e *Gastos Correntes*.

Ainda com uma variação superior ao orçamentado encontramos a rubrica *Conservação*, fruto fundamentalmente do início do contrato de manutenção dos equipamentos da UAG.

A quebra nos *Subcontratos* teve origem na transferência da responsabilidade para os hospitais do Serviço Nacional de Saúde do pagamento do transporte de utentes do SAP do Hospital Narciso Ferreira para as suas urgências quando triados com cor igual ou superior a amarela.

A rubrica *Outros* apresenta um desvio negativo, decorrente da não validação pela ARS Norte de parte dos Incentivos à Produção dos Contratos-Programa de 2016 e de 2017.

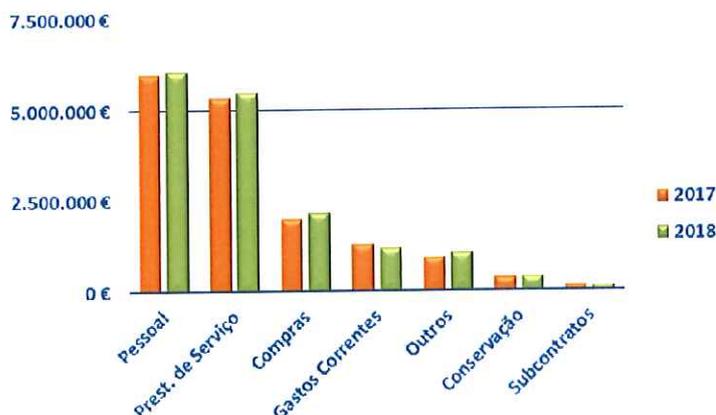


Fig. 12 - Gastos



R. F.
Law ON

O crescimento do número de inscrições no Centro Infantil de Pevidém potenciou o significativo aumento dos rendimentos e para o qual contribuiu ainda atualização de 2,2% da comparticipação do Instituto da Segurança Social para a Creche.

À semelhança dos anos anteriores, devemos evidenciar que 13.830 € foram canalizados para o Programa de Emergência Alimentar - Cantina Social (PEA - CS).

Deste modo, ajustado o referido valor, o resultado do exercício é de 27.656 €.

Este resultado continua a ser prejudicado pelo aumento de encargos que o Instituto da Segurança Social imputou à SCM Riba D'Ave relativo às suas colaboradoras alocadas ao Centro Infantil de Pevidém. Este aumento, concretizado em 2016 e refletido em 2017 e 2018, não deveria ser destinado à SCM Riba D'Ave uma vez que, segundo a alínea d), do n.º 1, da cláusula nona do Contrato Misto Atípico de Gestão e Comodato "O pagamento da remuneração devida aos trabalhadores será da responsabilidade do ISS, ficando assegurado no acordo de cooperação típico a celebrar que, no valor da comparticipação, será deduzido à SCM Riba D'Ave o montante relativo aos vencimentos dos trabalhadores cedidos caso pertencessem aos seus quadros de pessoal."

5.2.3 PROGRAMA DE EMERGÊNCIA ALIMENTAR - CANTINA SOCIAL

	2016	2017	2018
Rendimento Total	118.950 €	106.225 €	33.495 €
Comp. Segurança Social	118.950 €	106.225 €	33.495 €
Outros	0 €	0 €	0 €
Gasto Total	107.441 €	94.271 €	35.213 €
Restaurantes	107.441 €	94.271 €	35.213 €
RESULTADO	11.509 €	11.954 €	-1.718 €
Imputação do Centro Infantil	47.279 €	40.311 €	13.830 €
CONTRIBUTO	-35.770 €	-28.357 €	-15.548 €

Fig.15 - Resultado PEA - CS

Considerando a imputação de 13.830 € proveniente do CIP, o valor do resultado é negativo em 15.548 €.

Fl. 10
 J. J. J.
 J. J. J.

5.3 BALANÇO

	2016	2017	2018
ATIVO	22.077.553 €	23.851.691 €	26.609.514 €
Ativo Não Corrente	14.830.773 €	14.301.227 €	16.035.361 €
Ativo Corrente	7.246.780 €	9.550.464 €	10.574.153 €
Inventários	346.165 €	361.560 €	426.413 €
Dívidas de Terceiros	6.175.468 €	6.620.084 €	6.201.984 €
Meios Financeiros Líquidos	725.147 €	2.568.820 €	3.945.756 €
PASSIVO	7.037.219 €	7.644.930 €	8.927.292 €
Passivo Não Corrente	3.237.500 €	4.117.500 €	4.117.500 €
Passivo Corrente	3.799.719 €	3.527.430 €	4.809.792 €
Financiamento Externo	0 €	0 €	0 €
Fornecedores	1.021.740 €	859.915 €	950.303 €
Prestadores de Serviços	996.009 €	1.288.403 €	1.507.472 €
Outros	1.781.970 €	1.379.112 €	2.352.017 €
PATRIMÓNIO	15.040.335 €	16.206.761 €	17.682.222 €
Fundos Patrimoniais	13.599.954 €	14.815.011 €	15.872.883 €
Resultado Líquido	1.440.381 €	1.391.750 €	1.809.339 €

Fig. 16 - Balanço

No *Ativo Não Corrente* podemos verificar o investimento que se encontra a ser realizado no Centro de Investigação, Diagnóstico, Formação e Acompanhamento das Demências.

Já no *Ativo Corrente*, a rubrica *Dívidas de Terceiros* regista uma quebra de 6,3%, resultante da liquidação do Contrato-Programa 17 por parte da ARS Norte. Esta rubrica, no entanto, mantém um elevado valor, fruto do crescimento da produção do Programa SIGIC. O crescimento de 53,6% verificado nos *Meios Financeiros Líquidos* decorre da conservação dos meios libertos de anos anteriores para a liquidação do investimento no CIDIFAD.

No que diz respeito ao *Passivo*, o crescimento presente na rubrica *Outros* tem origem no investimento no CIDIFAD ainda não liquidado por parte da SCM Riba D´Ave.

Embora o *Passivo* evidencie um crescimento de 16,8%, este é amplamente ultrapassado pelo crescimento de 2.757 milhões de euros do *Ativo*, permitindo à SCM Riba D´Ave atingir o mais



Handwritten signatures and initials in blue ink.

elevado valor alguma vez concretizado e garantido um *Património Líquido* de 17.682 milhões de euros.

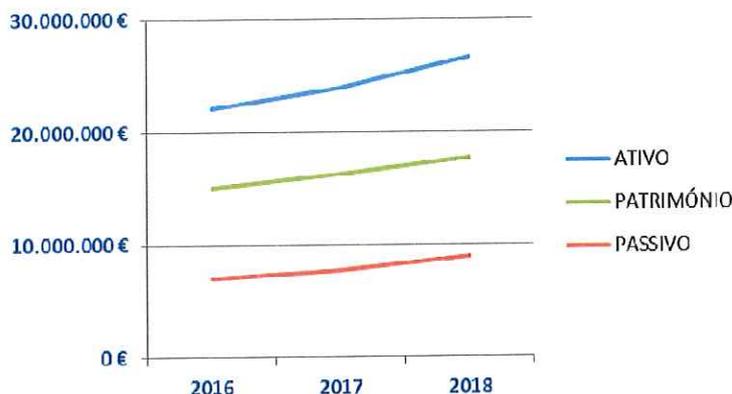


Fig. 17 - Evolução do Património

É assim possível constatar o sustentável crescimento da situação líquida da SCM Ribadave que, em sete anos, com recurso a um financiamento no valor de 4 milhões de euros, concretizou um investimento de 15.7 milhões de euros.

5.4 INVESTIMENTOS

Através do seguinte quadro, observamos a evolução dos investimentos da SCM Ribadave:

	2016	2017	2018
Edifícios	398.967 €	435.597 €	52.698 €
Terrenos	0 €	0 €	0 €
Equipamento Diverso	530.137 €	169.255 €	91.595 €
Investimentos em Curso	395.982 €	-230.918 €	2.516.941 €
Total	1.325.086 €	373.934 €	2.661.234 €

Fig. 18 - Investimentos

O ano de 2018 é marcado pelo arranque da obra do Centro de Investigação, Diagnóstico, Formação e Acompanhamento das Demências.

J.C. [Signature]
Lacunes [Signature]

5.5 FUNDO DE MANEIO

O início do investimento no CIDIFAD promoveu o início da curva descendente do *Fundo de Maneio* da SCM Riba D´Ave que, no entanto, se mantém num elevado patamar de desempenho.

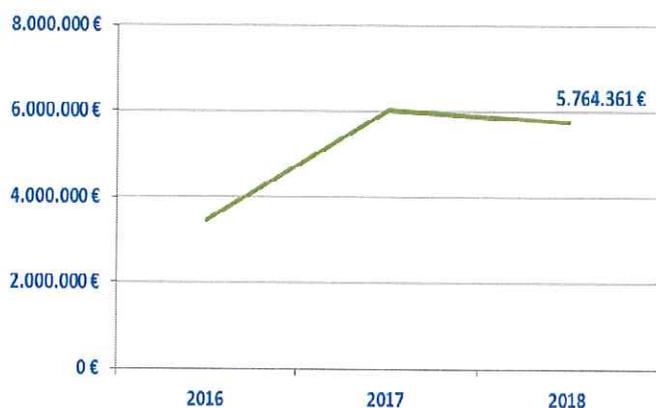


Fig. 19 - Evolução do Fundo de Maneio

5.6 RECURSOS HUMANOS

O ano de 2018 terminou com 326 colaboradores do quadro e 276 trabalhadores independentes ao serviço da SCM Riba D´Ave, totalizando 602 elementos.

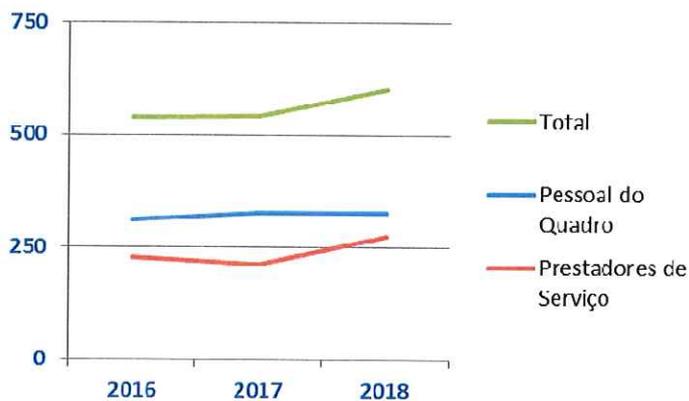


Fig. 20 - Evolução dos Recursos Humanos

O crescimento dos prestadores de serviço deriva da necessidade de executar a produção cirúrgica do SIGIC que, por se constituir como um programa conjuntural, foi devidamente cumprido com o recurso a pessoal externo.

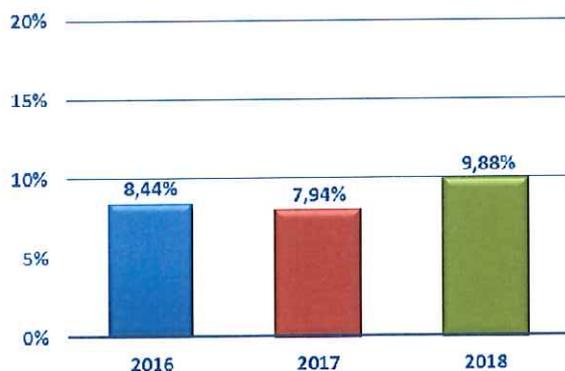


Fl. 78
João

5.7 RÁCIOS

5.7.1 RENDIBILIDADE

Rendimentos



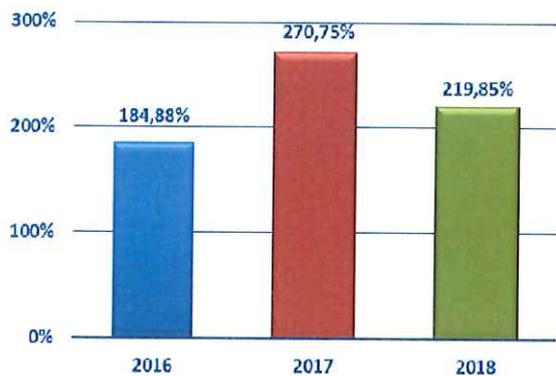
Capitais Próprios



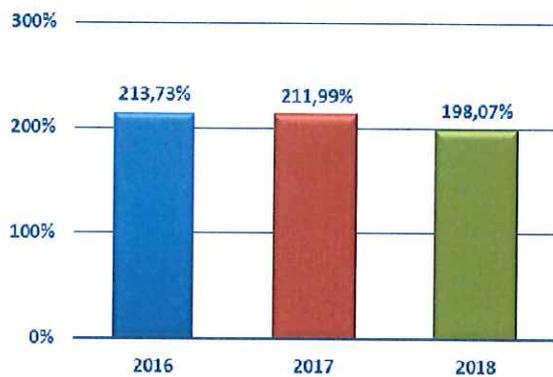
Fl. 178
L. 178
L. 178

5.7.2 TESOURARIA E ESTRUTURA FINANCEIRA

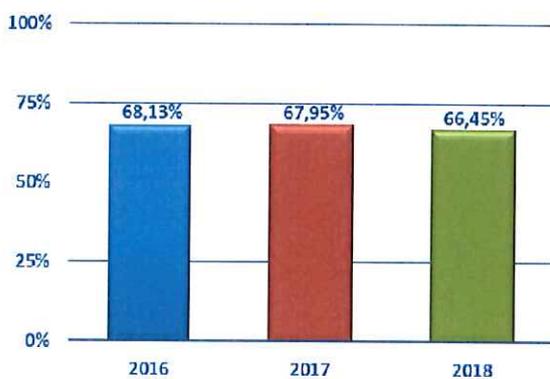
Coefficiente de Liquidez



Solvabilidade



Autonomia Financeira

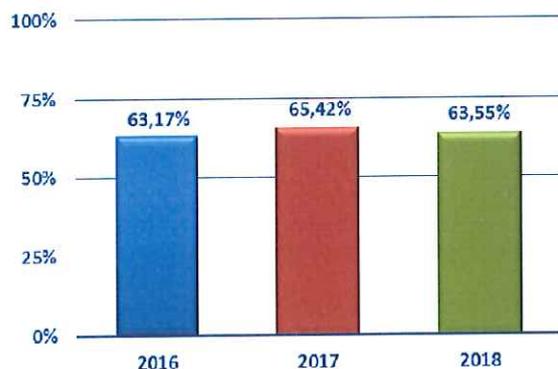




Handwritten signatures and initials in blue ink.

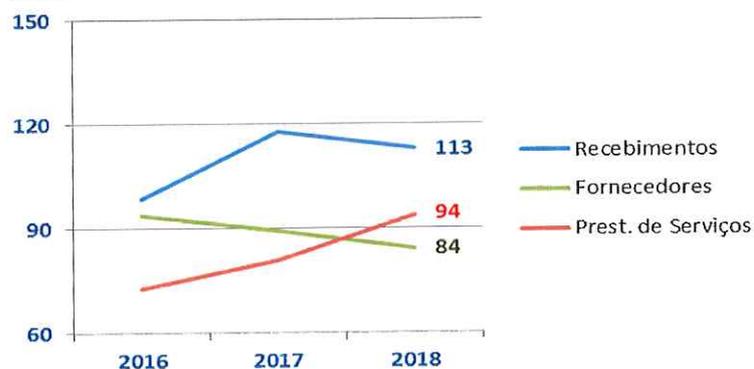
5.7.3 OPERATIVOS

Gastos com Pessoal/Rendimentos



Prazo Médio de Recebimentos e Pagamentos

(dias)



Tb. ~~AS~~
Saverio M

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise dos elementos económico-financeiros aqui apresentados, constata-se que o resultado orçamentado para 2018 foi amplamente ultrapassado pelos valores realizados. Para esta execução verifica-se que, embora com muitas exigências nos indicadores e objetivos a atingir, muito contribuiu o Contrato-Programa com a ARS Norte e o Programa de Recuperação de Listas de Espera Cirúrgicas (SIGIC).

Este Relatório continua a demonstrar um crescimento robusto e uma ampliação da capacidade de resposta da Instituição e que se pode comprovar pela enorme afluência de utentes para cirurgias, MCDT e tratamentos de Fisioterapia, bem como no que diz respeito ao CIP em que se acentua, não só o aumento da procura, mas também o equilíbrio económico e financeiro.

A SCM Riba D´Ave e a sua Mesa Administrativa continuaram em 2018 a ter uma atenção muito especial com as famílias que, económica e socialmente, se encontram numa situação mais frágil e desfavorecida. Assim, é de realçar, não só as Cantinas Sociais, que se mantêm com menos refeições, a distribuição de alimentos aos mais necessitados.

Continua a SCM Riba D´Ave a manter uma política de organização do trabalho, com melhores condições para os seus funcionários e colaboradores e com uma maior diferenciação profissional.

Observa-se, mais uma vez neste Relatório, que a preocupação com uma maior e melhor qualidade das prestações de saúde fica bem marcada com o Processo de Acreditação e a Certificação de Qualidade do Hospital Narciso Ferreira.

Deste Relatório, confirma-se que a Mesa Administrativa continua muito participativa e orientada para todas as valências da Misericórdia e que, não só pela responsabilidade inerente ao seu Compromisso e Missão, mas também devido à grande atividade de todo o setor social, é fundamental ser uma Instituição constantemente presente e bem informada.

Da análise do Relatório, resulta ainda a boa autonomia financeira, assim como a capacidade da SCM Riba D´Ave para assumir compromissos a curto, médio e a longo prazo.



7. PROPOSTAS

1. Que seja aprovado o Relatório de Atividades e Contas do período de 2018.
2. Que o Resultado Líquido obtido, positivo no valor de 1.809.339 €, seja mantido na conta de Resultados Transitados.
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os funcionários, colaboradores e administração-delegada da Santa Casa da Misericórdia de Riba D' Ave, pela meritória atividade desenvolvida ao longo do período.

Riba D'Ave, 4 de março de 2019

A Mesa Administrativa da SCM Riba D'Ave

Severino Almeida
Francisco José de Almeida
Francisco José
David Queiroz
João Luís Alves Carneiro



**IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE
RIBA D'AVE**



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2018**

FR

João M

Índice

Balanço.....	41
Demonstração dos Resultados por Naturezas	42
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	43
Demonstração dos Fluxos de Caixa	44
Anexo	45

Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		Unidade Monetária: Euros	
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	16.010.376,25	14.285.196,57
Investimentos financeiros	5	24.984,42	16.028,90
Subtotal		16.035.360,67	14.301.225,47
Ativo corrente			
Inventários	6	426.412,54	361.559,98
Créditos a receber	7	2.398.388,45	3.078.031,86
Estado e outros entes públicos	8	773.852,81	699.523,39
Diferimentos	9	4.998,00	24.344,59
Outros ativos correntes	10	3.024.745,29	2.834.179,02
Caixa e depósitos bancários	11	3.945.755,85	2.568.819,86
Subtotal		10.574.152,94	9.566.458,70
Total do Ativo		26.609.513,61	23.867.684,17
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12	4.073.354,35	4.073.354,35
Reservas		36.132,88	36.132,88
Resultados transitados		10.547.020,16	9.450.512,59
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13	1.216.375,52	1.255.011,25
Resultado líquido do período		1.809.339,45	1.391.750,57
Total dos fundos patrimoniais		17.682.222,36	16.206.761,64
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14	4.117.500,00	4.117.500,00
Subtotal		4.117.500,00	4.117.500,00
Passivo corrente			
Fornecedores	15	1.680.473,67	1.486.310,78
Estado e outros entes públicos	8	390.923,14	320.004,80
Diferimentos	9	1.360,80	1.312,30
Outros passivos correntes	16	2.737.033,64	1.735.794,65
Subtotal		4.809.791,25	3.543.422,53
Total do passivo		8.927.291,25	7.660.922,53
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		26.609.513,61	23.867.684,17

Riba D´Ave, 4 de março de 2019

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

Manuel do Riba 2018

A Mesa Administrativa
 José Joaquim Manuel Pereira
 Manuel do Riba
 Daniel Amaro Mate
 José Rui Pereira Almeida

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		Unidade Monetária: Euros	
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	17	17.489.570,89	16.671.991,96
Subsídios, doações e legados à exploração	18	587.669,58	646.099,68
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(2.180.756,09)	(2.014.832,01)
Fornecimentos e serviços externos	20	(7.187.491,83)	(7.132.080,98)
Gastos com o pessoal	21	(6.035.137,08)	(5.996.622,69)
Provisões (aumentos/reduções)	0		-
Outros rendimentos e ganhos	22	227.611,35	213.202,88
Outros gastos e perdas	23	(159.911,94)	(85.054,82)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.741.554,88	2.302.704,02
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(936.054,76)	(911.306,81)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.805.500,12	1.391.397,21
Juros e rendimentos similares obtidos	24	7.798,53	2.833,06
Juros e gastos similares suportados	24	(3.959,20)	(2.479,70)
Resultados antes de impostos		1.809.339,45	1.391.750,57
Imposto sobre o rendimento do período	14		
Resultado líquido do período		1.809.339,45	1.391.750,57

Riba D´Ave, 4 de março de 2019

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

Manuela Silva 2018

A Mesa Administrativa
Severina Rita Alves
Jose Joao Manuel Viana
Franco Alves
Daniel Amal
João Lourenço Almeida

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2018		Unidade Monetária: Euros					
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	4.073.354,35	36.132,88	9.450.512,59	1.255.011,25	1.391.750,57	16.206.761,64
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13			1.096.507,57	(38.635,73)	(1.391.750,57)	(333.878,73)
	7	-	-	1.096.507,57	(38.635,73)	(1.391.750,57)	(333.878,73)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					1.809.339,45	1.809.339,45
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					1.809.339,45	1.475.460,72
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10						
		-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	6+7+8+10	4.073.354,35	36.132,88	10.547.020,16	1.216.375,52	1.809.339,45	17.682.222,36

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017		Unidade Monetária: Euros					
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	4.073.354,35	36.132,88	8.222.636,93	1.267.829,72	1.440.381,34	15.040.335,22
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13	-	-	1.227.875,66	(12.818,47)	(1.440.381,34)	
	2	-	-	1.227.875,66	(12.818,47)	(1.440.381,34)	(225.324,15)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					1.391.750,57	1.391.750,57
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3					1.391.750,57	1.166.426,42
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5						
		-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6=1+2+3+5	4.073.354,35	36.132,88	9.450.512,59	1.255.011,25	1.391.750,57	16.206.761,64

Riba D'Ave, 4 de março de 2019

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

Manuel da Silva Sousa

A Mesa Administrativa
Severino da Silva
João da Silva
Manoel da Silva

IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA D'AVE
 Rua 25 de Abril, Riba D'Ave
 NIPC: 500 746 656

João da Silva
João da Silva
João da Silva

Demonstração dos Fluxos de Caixa

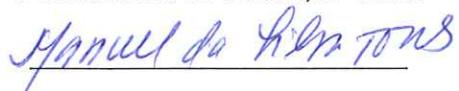
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

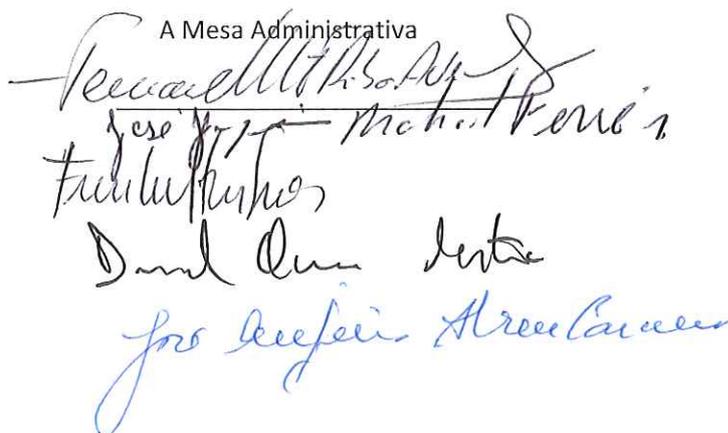
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		18.207.304,72	16.600.686,96
Pagamento a fornecedores		(9.307.459,64)	(9.656.109,98)
Pagamentos ao pessoal		(4.868.137,76)	(4.820.843,67)
Caixa gerada pelas operações		4.031.707,32	2.123.733,31
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1.063.492,48)	(1.027.554,31)
Outros recebimentos/pagamentos			
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		2.968.214,84	1.096.179,00
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	(1.582.421,31)	(270.499,22)
Investimentos financeiros		(8.894,52)	(7.828,96)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		36,98	4,69
Subsídios ao investimento			25.817,26
Juros e rendimentos similares			-
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(1.591.278,85)	(252.506,23)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			1.000.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		-	1.000.000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1.376.935,99	1.843.672,77
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	2.568.819,86	725.147,09
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	3.945.755,85	2.568.819,86

Riba D´Ave, 4 de março de 2019

O Contabilista Certificado, n.º 9.602



A Mesa Administrativa



Fl. 59
J. S. G. J.
M. S.
M. S.

Anexo

Em 31 de dezembro de 2018

1. Identificação da Entidade

A IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA D'AVE (ISCM Riba D'Ave) é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social (I.P.S.S.), com sede na Rua 25 de Abril, Freguesia de Riba D'Ave, Concelho de Vila Nova de Famalicão e Distrito de Braga. Instituída no ano de 1927, é uma associação de fiéis com personalidade jurídica, canónica e civil.

A Irmandade está reconhecida como I.P.S.S., mediante participação escrita da sua ereção canónica feita pelo Ordinário Diocesano aos serviços competentes do Estado e rege-se pelo Código do Direito Canónico e pela lei civil, simultaneamente, conforme o caso.

A sua atividade principal está definida pela CAE 85110 - Atividades dos Estabelecimentos de Saúde com Internamento, através do Hospital Narciso Ferreira, designação adotada em 1933. Tem como atividades secundárias, a Educação Pré-Escolar (CAE 85100) e Atividades de Cuidados para Crianças sem Alojamento (CAE 88910).

A SCMRA exerce a sua ação, no campo social, através da prática das 14 Obras de Misericórdia, tanto espirituais como corporais, mantendo, no plano especificamente religioso, o culto divino na sua Igreja.

Compete-lhe, nomeadamente:

- Manter as obras sociais existentes e promover o seu desenvolvimento;
- Cooperar com quaisquer entidades públicas ou privadas na satisfação de carências sociais, materiais ou morais, da população;
- Conservar, valorizar e divulgar o seu património com valor histórico e artístico;
- Gerir o seu valor social, segundo critérios de eficiência e sustentabilidade.

Os Corpos Sociais da ISCM Riba D'Ave são a **Assembleia Geral**, a **Mesa Administrativa** e o **Definitório**, sendo os seus elementos eleitos em lista completa pelo período de quatro anos civis, podendo eventualmente ser reeleitos.

A **Assembleia Geral** é composta pela reunião de irmãos inscritos no pleno gozo dos seus direitos.

Fe.
H. J.
M.
Leandro
my

A **Mesa Administrativa** é constituída por cinco membros efetivos, nomeadamente um provedor, um vice-provedor, um secretário um tesoureiro e um vogal, e três suplentes.

O **Definitório** é composto por três membros efetivos, nomeadamente um presidente, um vice-presidente e um secretário, e dois membros suplentes, competindo-lhe, nomeadamente, exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da Instituição, sempre que tal se julgar conveniente.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais políticas contabilísticas

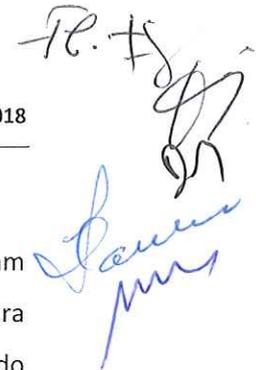
As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

R. #


3.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Notas 11 e 18) e "Diferimentos" (Nota 10)

3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos fixos tangíveis" encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	indefenida
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

R. F. S. J.
D. M.
D. M.
M. S.

3.2.2. Inventários

Os "Inventários" estão reconhecidos ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

FE. *[Handwritten signatures and initials]*

Cientes e Outros ativos correntes

Os “*Cientes*” e as “*Outros ativos correntes*” encontram-se reconhecidas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são reconhecidas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros passivos correntes

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outros passivos correntes*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Provisões, passivos contingentes e ativos

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a signature and the name "D. Soares" written in blue ink.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota. Tal como os passivos Contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6. Financiamentos obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos obtidos" encontram-se reconhecidos, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos financeiros" de "Empréstimos obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Os "Encargos financeiros" não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.7. Estado e outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.8. Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.1. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de estágios profissionais, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à

medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.2. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.2.3. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.2.4. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

Fl. 10
[Handwritten signature]
DM
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

40. *[Handwritten signature]*
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

4. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01-jan-2018	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31-dez-2018
Custo			
Terrenos e recursos naturais	2.893.412,57		2.893.412,57
Edifícios e outras construções	14.041.606,42	2.569.639,42	16.611.245,84
Equipamento básico	8.456.120,05	24.169,76	8.480.289,81
Equipamento de transporte	112.641,03		49.841,03
Equipamento biológico	-		-
Equipamento administrativo	1.053.080,91	22.312,03	1.075.392,94
Outros ativos fixos tangíveis	707.747,95	45.113,23	752.861,18
Total	27.264.608,93	2.661.234,44	29.863.043,37
Depreciações acumuladas			
Edifícios e outras construções	4.881.624,48	467.620,07	5.349.244,55
Equipamento básico	6.520.221,82	352.970,21	6.873.192,03
Equipamento de transporte	112.641,03		49.841,03
Equipamento biológico	-		-
Equipamento administrativo	953.436,39	77.297,31	1.030.733,70
Outros ativos fixos tangíveis	511.488,64	38.167,17	549.655,81
Total	12.979.412,36	936.054,76	13.852.667,12
Quantia escriturada			16.010.376,25

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31-dez-2017
Custo			
Terrenos e recursos naturais	2.893.412,57	-	2.893.412,57
Edifícios e outras construções	13.836.927,43	204.678,99	14.041.606,42
Equipamento básico	8.396.345,20	59.774,85	8.456.120,05
Equipamento de transporte	112.641,03	-	112.641,03
Equipamento administrativo	969.496,61	83.584,30	1.053.080,91
Outros ativos fixos tangíveis	681.851,81	25.896,14	707.747,95
Total	26.890.674,65	373.934,28	27.264.608,93
Depreciações acumuladas			
Edifícios e outras construções	4.416.555,22	465.069,26	4.881.624,48
Equipamento básico	6.168.889,14	351.332,68	6.520.221,82
Equipamento de transporte	112.641,03	-	112.641,03
Equipamento biológico	-	-	-
Equipamento administrativo	895.356,55	58.079,84	953.436,39
Outros ativos fixos tangíveis	474.663,61	36.825,03	511.488,64
Total	12.068.105,55	911.306,81	12.979.412,36
Quantia escriturada			14.285.196,57

5. Investimentos financeiros

Handwritten signatures and initials:
 JL
 M
 Lacerda
 MMS

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar, para os fundos de compensação, entregas de 1%, para os fundos de compensação, sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013.

O Decreto-Lei n.º 165-A/2013, de 23 de dezembro, cria e estabelece o Fundo de Reestruturação do Setor Solidário (FRSS). O FRSS destina-se a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas, permitindo a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais que estas entidades prestam.

Descrição	Saldo em 01-jan-2018	Aumentos	Saldo em 31-dez-2018
Fundo de Compensação	15.618,17		24.573,69
Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	410,73		410,73
Total	16.028,90	-	24.984,42

6. Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-jan-2018	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2018
Mercadorias	12.238,76	6.845,13	11.238,40	13.553,62
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	349.321,22	2.239.437,83	(11.912,71)	412.858,92
Total	361.559,98	2.246.282,96	(674,31)	426.412,54

Descrição	Inventário em 01-jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2017
Mercadorias	15.070,18		8.191,10	12.238,76
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	331.095,41	2.115.857,52	(8.725,07)	349.321,22
Total	346.165,59	2.115.857,52	(533,97)	361.559,98

R. 
 L. 
 my

7. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Cientes e Utentes c/c	2.412.874,21	3.092.517,62
Cientes	2.412.874,21	3.092.517,62
Utentes	-	-
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	14.485,76	14.485,76
Cientes	14.485,76	14.485,76
Utentes	-	-
Total	2.398.388,45	3.078.031,86

8. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	773.852,81	699.523,39
Total	773.852,81	699.523,39
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	68.287,51	5.090,93
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	112.748,18	112.283,40
Segurança Social	209.058,46	201.909,95
Outros Impostos e Taxas	828,99	720,52
Total	390.923,14	320.004,80

9. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Gastos a reconhecer		
Seguros	4.958,17	24.304,76
Outros	39,83	39,83
Total	4.998,00	24.344,59
Rendimentos a reconhecer		
Outros	1.360,80	1.312,30
Total	1.360,80	1.312,30

10. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Caixa	5.715,10	11.969,00
Depósitos à ordem	1.540.040,75	1.856.850,86
Depósitos a prazo	2.400.000,00	700.000,00
Total	3.945.755,85	2.568.819,86

11. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Adiantamentos ao pessoal	8.856,10	9.256,10
Devedores por acréscimos de rendimentos	2.944.658,27	2.751.265,75
Outros devedores	71.230,92	73.657,17
Perdas por Imparidade	-	-
Total	3.024.745,29	2.834.179,02

12. Fundos patrimoniais

Nos "Fundos patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2018
Fundos	4.073.354,35	-	-	4.073.354,35
Reservas	36.132,88	-	-	36.132,88
Resultados transitados	9.450.512,59	1.096.507,57	-	10.547.020,16
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	1.255.011,25	-	38.635,73	1.216.375,52
Resultado líquido do período	1.391.750,57	417.588,88	-	1.809.339,45
Total	16.206.761,64	1.514.096,45	38.635,73	17.682.222,36

13. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

Saldos desta rubrica, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentavam-se como segue:

Descrição	Saldo em 01-jan-2018	Diminuições	Saldo em 31-dez-2018
Subsídios ao investimento	1.255.011,25	38.635,73	1.216.375,52
Total	1.255.011,25	38.635,73	1.216.375,52

14. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a entidade apresentava os seguintes valores relativos a "Financiamentos obtidos":

Descrição	31-12-2018			31-12-2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	-	4.117.500,00	4.117.500,00	-	4.117.500,00	4.117.500,00
Total	-	4.117.500,00	4.117.500,00	-	4.117.500,00	4.117.500,00

Os prazos de reembolso dos empréstimos bancários são os seguintes:

Descrição	31-12-2018			31-12-2017		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Mais de cinco anos	4.117.500,00	-	4.117.500,00	4.117.500,00	-	4.117.500,00
Total	4.117.500,00	-	4.117.500,00	4.117.500,00	-	4.117.500,00

fl. 11
 H. J. M.
 L. C. M.
 M. J. M.

15. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Fornecedores c/c	1.680.473,67	1.486.310,78
Total	1.680.473,67	1.486.310,78

16. Outros passivos correntes

A rubrica de "Outros passivos correntes" é discriminada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
	Corrente	Corrente
Outras dívidas a pagar		
Fornecedores de Investimentos	881.393,89	94.674,65
Credores por acréscimos de gastos	1.398.664,39	1.217.316,30
Outros credores	456.975,36	423.803,70
Total	2.737.033,64	1.735.794,65

17. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "Vendas" e "Serviços Prestados:"

Vendas

Descrição	2018	2017
Mercadorias	13.305,32	10.413,84
Materiais de consumo	6.467,08	5.117,51
Total	19.772,40	15.531,35

Serviços prestados:

Descrição	2018	2017
Quotas dos utilizadores	180.428,10	156.533,09
Serviços Secundários	17.289.370,39	16.499.927,52
Total	17.469.798,49	16.656.460,61

18. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração":

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	587.669,58	646.099,68
Total	587.669,58	646.099,68

Fl. # 11
 DN
 Banco
 mes

19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	3.470.955,02	3.379.921,84
Serviços especializados	2.882.615,03	2.762.431,80
Materiais	100.170,99	105.851,45
Energia e fluidos	423.840,41	431.040,27
Deslocações, estadas e transportes	20.461,27	21.863,20
Serviços diversos (*)	105.379,93	430.972,42
Cantina social	35.213,00	94.271,41
Limpeza, higiene e conforto	81.549,48	116.123,72
Comunicação	67.306,70	61.062,57
Total	7.187.491,83	7.132.080,98

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

20. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos sociais, Nos períodos de 2018 e 2017 foram "11", em ambos os anos.

Os órgãos sociais usufruem as seguintes remunerações:

Provedor: quatro vezes o valor do IAS.

Os outros órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2018 foi de 326 e em 2017 foi de 325.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos órgãos sociais	23.593,92	24.709,92
Remunerações ao pessoal	4.945.294,22	4.937.603,70
Encargos sobre as remunerações	992.673,51	982.137,74
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	51.673,12	36.176,47
Outros gastos com o pessoal	21.902,31	15.994,86
Total	6.035.137,08	5.996.622,69

21. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos suplementares	102.620,43	101.342,74
Descontos de pronto pagamento obtidos	7.882,50	5.980,82
Outros rendimentos	117.108,42	105.879,32
Imputação Subsídios ao investimento	38.635,73	38.635,73
Donativos	7.918,61	17.603,65
Outros	70.554,08	49.639,94
Total	227.611,35	213.202,88

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

22. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	4.694,05	7.118,56
Descontos de pronto pagamento concedidos	1.882,96	1.348,63
Dívidas incobráveis	20,00	1.134,65
Outros gastos(*)	153.314,93	75.452,98
Correções relativas a períodos anteriores	131.903,45	29.947,27
Donativos	2.000,00	2.595,00
Outros	19.411,48	72.857,98
Total	159.911,94	85.054,82

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

23. Resultados financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	2.087,26	587,26
Outros gastos e perdas de financiamento	1.871,94	1.892,44
Total	3.959,20	2.479,70
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	7.798,53	2.833,06
Total	7.798,53	2.833,06
Resultados financeiros	3.839,33	353,36

24. Passivos contingentes

Passivos contingentes

Existe ainda uma liquidação oficiosa de IRC no valor de 158.546,99 € relativa ao período de 2007, em virtude da Administração Tributária e Aduaneira (AT) considerar que a isenção prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 10.º do CIRC não é aplicável à ISCM Riba D´Ave. A referida liquidação oficiosa será impugnada no Tribunal Fiscal por, pelo departamento jurídico da Entidade, ser entendido que essa liquidação é ilegal, uma vez que, desde sempre foi reconhecida à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Riba D´Ave isenção de IRC na sua valência da saúde. Além disso, existe uma grande convicção que a Entidade terá grandes hipóteses de conseguir anular tal liquidação, quer em face das disposições legais aplicáveis, quer em face das decisões dos Tribunais Fiscais em casos idênticos, embora no âmbito do ensino. Face ao exposto, não foi reconhecida qualquer provisão para impostos nas demonstrações financeiras da Entidade.

Processo nº 993/14.0TBFAF, que corre termos na comarca de Braga referente a um pedido de indemnização civil. O montante já liquidado de 25 mil euros poderá vir a ser superior pois existiu um manifesto lapso do médico na intervenção cirúrgica. No entanto, a eventual condenação não terá grandes repercussões financeiras pois o risco está coberto pelo seguro de responsabilidade civil, tendo a seguradora sido chamada ao processo.

25. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2018 e 2017, foram de 4.800,00€ em cada um dos períodos, referente exclusivamente a serviços de revisão legal das contas.

26. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

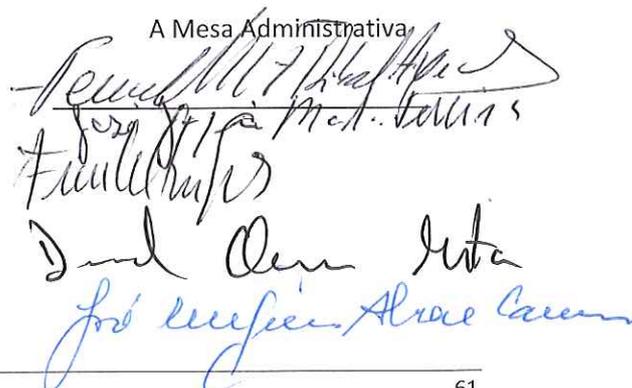
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção 4 de março de 2019.

Riba D´Ave, 4 de março de 2019

O Contabilista Certificado, n.º 9.602



A Mesa Administrativa





**IRMANDADE DA SANTA CASA DA
MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE**



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 26.609.513,61 euros e um total de fundos patrimoniais de 17.682.222,36 euros, incluindo um resultado líquido do período de 1.809.339,45 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa e o Anexo - que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "*Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras*" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA MESA ADMINISTRATIVA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Mesa Administrativa é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devida a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devida a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devida a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela Mesa Administrativa de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pela Mesa Administrativa, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Braga, 19 de março de 2019



Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771

**IRMANDADE DA SANTA CASA DA
MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE**



PARECER DO DEFINITÓRIO





PARECER DO DEFINITÓRIO

O Definitório da Santa Casa da Misericórdia de Riba D'Ave, tendo reunido para analisar o Relatório de Atividades e Contas da Mesa Administrativa relativo ao exercício de 2018 e para emitir o respetivo parecer, verificou a normalidade com que decorreu a atividade da Misericórdia no ano em causa e que os propósitos delineados no Plano e Orçamento foram seguidos com rigor pela Mesa Administrativa e pela Administração-Delegada da SCM Riba D'Ave. Na verdade, a Santa Casa de Misericórdia de Riba D'Ave apresentou em 2018 os maiores rendimentos de sempre, com custos controlados e ótimos resultados líquidos, resultados esses que se reputam como absolutamente necessários para dar continuidade aos investimentos no CIDIFAD, visando o mais possível o recurso a valores de autofinanciamento. O Definitório conclui ainda que os rácios financeiros principais continuam em níveis muito bons, o que possibilita a manutenção da credibilidade com que a Instituição se vem afirmando junto do sistema financeiro e do próprio Estado.

Para além destes bons resultados, o Definitório regista ainda como positivo:

- Um menor peso do Contrato-Programa no total dos rendimentos, decorrente das elevadas receitas geradas por fontes alternativas, nomeadamente o programa SIGIC;
- A subsistência dos valores a que a Instituição está afeta, nomeadamente na manutenção de uma Tabela Social em todas as valências, o que vem ao encontro da sua Missão e Valores;
- O equilíbrio operacional no Centro Infantil de Pevidém;
- O controlo da tesouraria para fazer face a todos os compromissos nos prazos contratados, com custos financeiros diminutos, adequados a uma Instituição de Solidariedade Social (fruto dos financiamentos bonificados que foram atempadamente contratados, concretamente no âmbito do JESSICA);
- O bom ritmo da construção do CIDIFAD;
- A certificação do Hospital Narciso Ferreira pela Direção-Geral da Saúde;
- A descida da Dívida de Terceiros devido ao pagamento pela ARS Norte dos valores do Contrato-Programa relativos a 2017;
- O melhoramento do rácio entre rendimentos e recursos humanos (quer do quadro, quer de prestadores de serviços).

Apesar destes bons resultados, assinalados, o Definitório recomenda, como sempre, a necessária atenção e prudência na gestão da valência HNF, especialmente no que diz respeito à tesouraria, e incentiva que haja atenção constante na contratação das melhores soluções financeiras para o atempado cumprimento das obrigações.

A propósito da obra do CIDIFAD, que constitui o grande investimento em curso da Misericórdia, recomenda-se um maior detalhe na informação, nomeadamente quanto ao grau de execução do projeto, o estado em que se encontra em termos de cronograma de realização e se o investimento está dentro de valores aprovados ou se há desvios.

Pelo exposto, atentas as informações que foram prestadas ao Definitório pela Mesa Administrativa, no decurso do ano, mediante disponibilização mensal de balancetes com indicadores económicos e financeiros e o diálogo periodicamente mantido entre estes órgãos sociais, a que acresce o conforto decorrente do Relatório de Auditoria apresentado por Mário da Cunha Guimarães, ROC n.º 1159, em Representação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC n.º 148, foi deliberado apresentar a seguinte

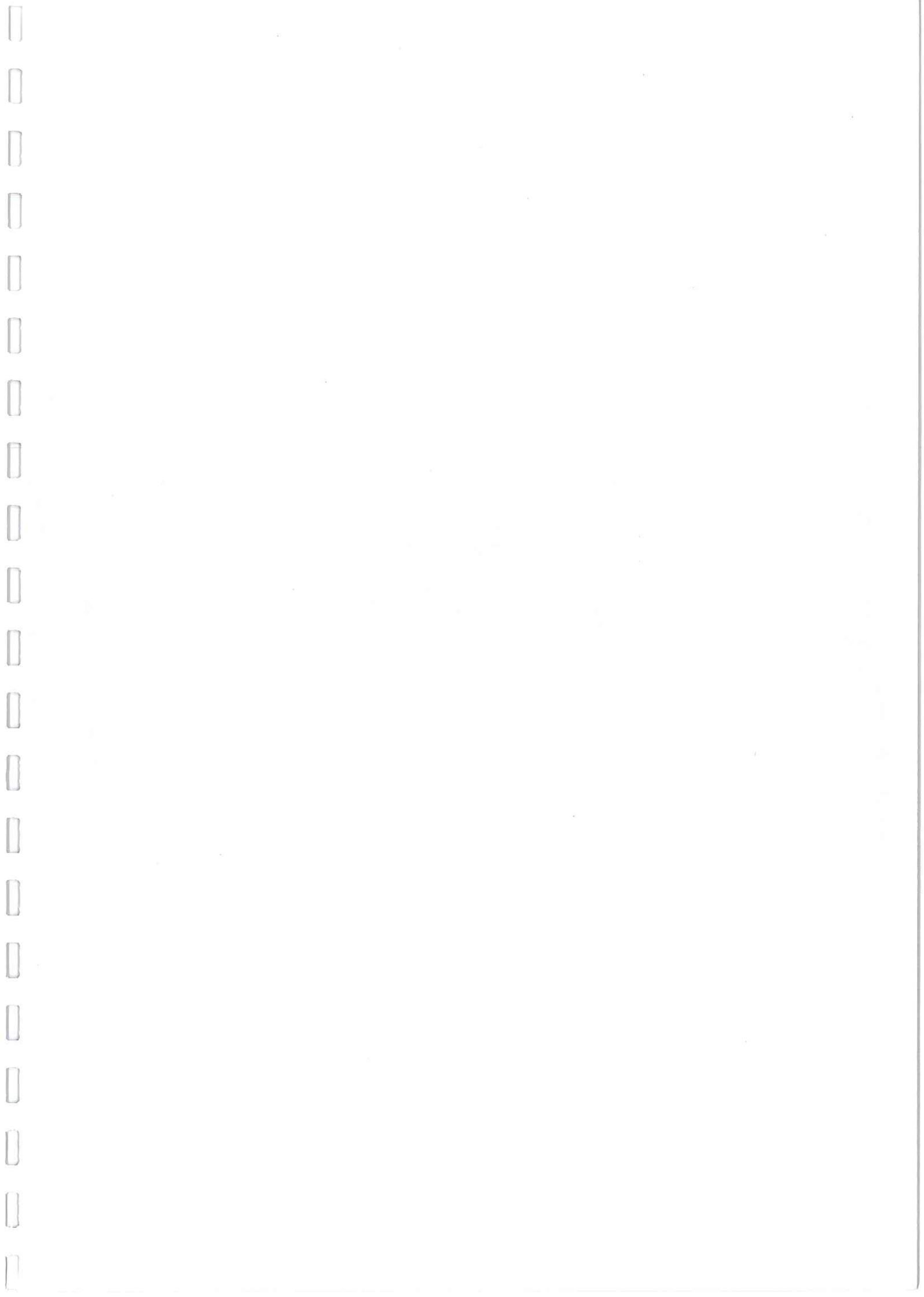
PROPOSTA

- 1- Que seja aprovado o Relatório de Atividades e Contas da Mesa Administrativa relativo ao ano de 2018;
- 2- Que seja aprovado um voto de louvor à Mesa Administrativa, ao Administrador-Delegado da SCM Riba D´Ave e a todos os colaboradores desta Instituição, pela forma atenta e dedicada como, ao longo do exercício, se devotaram ao desempenho das suas atribuições.

Riba Ave, 28 de Março de 2019

○ Definitório,

A large, stylized handwritten signature in blue ink, written over the text '○ Definitório,'. The signature consists of several overlapping loops and horizontal strokes, characteristic of a cursive or semi-cursive style.



Santa Casa da Misericórdia de Riba de Ave

Rua 25 de Abril - Apartado 16 Tel: +351 252 900 800
4765-916 Riba de Ave Fax: +351 252 800 809

E-mail: info@scmribadeave.pt
Website: www.scmribadeave.pt